

Lei salarial e LDO: uma questão eleitoral.

Com os olhos postos nas eleições de outubro, o Congresso, sem recesso, reúne-se a partir de hoje para votar dois projetos que afetam os pilares do plano econômico do governo. Hoje, a partir de 14h30, o Senado vota o projeto de lei salarial — já aprovado pela Câmara — que indexa à inflação todos os salários até Cr\$ 38 mil, equivalente a cinco mínimos. Amanhã, em sessão plena do Congresso determinada por liminar do Supremo Tribunal Federal, será a vez da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Uma das emendas à LDO permite a Estados e Municípios rolar suas dívidas com a União, vencíveis em 91. Com seus cofres abarrotados pelo repasse das transferências constitucionais, Estados e Municípios poderiam poupar nada menos que US\$ 1,8 bilhão. É o equivalente a 56% da dívida global de US\$ 3,4 bilhões, que o governo federal tem bancado.

Salários e orçamento têm forte apelo eleitoral. Ciente disso, o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, candidato à reeleição e seriamente ameaçado em suas bases pelo excesso de candidatos

apresentados pelo partido, decidiu ocupar o primeiro plano da cena. Desde sexta-feira passada, vem articulando contatos em todo o País para garantir a aprovação das duas matérias. "Mande os deputados virem trabalhar", repetiu em sucessivos telefonemas aos 15 governadores do PMDB, sabendo que, em ano eleitoral, são os governadores que mandam nos deputados. No entender de Ulysses, os dois projetos renderão bons dividendos ao PMDB. A lei salarial, que será apreciada no Senado, surgiu da lavra do próprio partido na Câmara, montada pelo líder Ibsen Pinheiro (RS). A rolagem das dívidas, por sua vez, é interesse direto dos governadores. O deputado quer, assim, obter o título de "amigo número um dos trabalhadores", alavancando sua recondução a uma cadeira na Câmara. Ao contrário de muitos candidatos, que têm bases eleitorais localizadas, Ulysses Guimarães recebe uma votação espalhada por todo o Estado, o que sempre configura um risco nas eleições.

Enquanto o presidente do PMDB se mexia no rumo da



Célio Irá/AE

Ulysses: aprovação das duas, para garantir a volta à Câmara.

aprovação da lei salarial, os hostes governistas apostavam que a sessão de hoje não reuniria o quórum exigido de 38 senadores para fazer a votação. Pelo sim, pelo

não, seus líderes imaginavam, no final da semana, alternativas para impedir a indexação salarial. Se o projeto for emendado no Senado, por exemplo, ele voltaria para no-

vo exame na Câmara, retardando pelo menos até agosto a sua tramitação.

"Se não houver um acordo com o governo vamos votar a favor", anunciou o líder do PFL, senador Marco Maciel (PE). "O presidente vai acompanhar os acontecimentos para só depois anunciar sua posição", afirmou, cauteloso, o porta-voz Cláudio Humberto. Muitos políticos que defendem o plano, no entanto, temem o desgaste que representaria o veto presidencial à nova lei, caso o Senado a aprove. O líder do governo na Câmara, Renan Calheiros (PRN-AL), ele próprio candidato a governador de Alagoas, coordenou entendimentos entre parlamentares e o secretário especial do Ministério da Economia, Antônio Kandir, para negociar um abono, que contemplaria os salários até Cr\$ 10 mil. Conseguiria, assim, unir o interesse dos políticos em véspera de eleições com a determinação do governo de não indexar os salários. A manobra acabou sustada pela ministra Zélia.

Caso a política salarial não seja aprovada hoje, ou receba al-

guma emenda, a oposição garante obstruir amanhã os trabalhos de votação da LDO. Para neutralizar a medida, o líder do PFL na Câmara, Ricardo Fiúza (PE), vem propondo a tática do rolo compressor, isso é, convocar para a sessão de amanhã todos os parlamentares governistas, conseguindo, assim, quórum necessário para a votação. Resolvido o impasse da LDO, o Congresso retornaria finalmente ao recesso de julho.

O embate vai mostrar, enfim, quem mobiliza mais neste momento. Desgastado pela participação na gestão Sarney, o PMDB — Ulysses à frente — vê no projeto de lei salarial uma preciosa bandeira eleitoral. "O projeto é do PMDB e vamos ganhar muito se aprová-lo", assegura Ulysses, que expediu telegramas aos 131 deputados e 20 senadores da agremiação.

No momento em que o Senado estiver discutindo a questão salarial, a Câmara — também reaberta — entrará em sessão para examinar outros projetos. Entre eles, a regulamentação do artigo constitucional que fixa juros máximos de 12% ao ano.